

## A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES E AS FORMAS DE SOCIABILIDADE ENTRE FAMÍLIAS RESIDENTES EM CORTIÇOS NA CIDADE DE SÃO PAULO<sup>1</sup>

Neide Maria de Almeida Pinto<sup>2</sup>

*Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar as formas de sociabilidades entre a vizinhança residente em cortiços situados em bairros das grandes metrópoles no Brasil. A pesquisa foi realizada com 28 famílias residentes na cidade de São Paulo, nos bairros da Sé, Mooca, Campos Elíseos e Vila Alpina. A análise procurou focar o lugar específico ocupado pelo grupo das famílias encortiçadas, que configura um território delimitado pelas diferentes identidades que o compõem. Subjacente à idéia de território, sobrepõe-se a idéia de pertinência, ou seja, cortiços enquanto territórios identitários - espaços coletivos de apropriação e de solidariedade, de intimidade cotidiana, de relações mais pessoais, do partilhar de carências, ou, de outro lado, por vezes se definindo como territórios não-identitários, não-relacionais ou não-históricos, os "não-lugares", nos termos de Marc Augé.*

*Palavras-Chave: Cortiço; vizinhança; sociabilidade; construção de identidades.*

*Abstract: The purpose of this paper was to analyse the types of sociability among the neighborhoods residing in slums located in districts of Brazilian metropolis. The research was conducted with 28 families which lived in São Paulo city, in the districts of Sé, Mooca, Campos Elíseos and Vila Alpina. The analyses focused on the specific place occupied by the group of families living in slums which configures a territory delimited by the diverse identities that constitute it. Subjacent to the idea of territory, the idea of pertinence is superposed, that is, slums as territories of identities - collective spaces of appropriation and solidarity, of daily intimacy, of shared privation, or, on the other hand, sometimes defined as non-identity, non-relational, non-historic territories, the "non-place", in Marc Augé's words.*

*Key Words: slums; neighborhoods; sociability; construction of identities.*

1 - Essas análises fazem parte da tese de doutorado da autora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no domínio das Ciências Sociais, a qual se intitula: "Entre a proximidade e o distanciamento - um estudo das relações sociais de famílias residentes em cortiços na cidade de São Paulo". São Paulo, 2002. 173p.

2 - Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora Adjunta na Universidade Federal de Viçosa, no depto de Economia Doméstica. 36570.000 - Viçosa-MG. Email: natreida@ufv.br

### 1. Introdução:

Este artigo teve como objetivo a análise das formas de sociabilidade de famílias residentes em cortiços situados em bairros das grandes metrópoles; no caso aqueles localizados em São Paulo, nos bairros da Sé, Mooca, Campos Elíseos e Vila Alpina. A perspectiva de análise que se colocou foi a de entender, através da análise do cotidiano de quem vive em um cortiço, a rede de relações sociais que se constrói na vizinhança e que funda os vínculos ou laços sociais<sup>3</sup>. Essa opção analítica permitiria qualificar estes vínculos, situando-os no contexto espacial, social, econômico, cultural e político, específico das famílias em questão.

O traço marcante das habitações em cortiço, além da precariedade, é o seu caráter de habitação coletiva, dado que várias famílias que não dispõem de recursos para pagarem pelo uso de uma habitação em melhores condições se dispõem a dividir os seus custos entre si. Nessas condições, pode-se encontrar "uma ou mais edificações no mesmo lote, com índice excessivo de ocupação, deficiências de instalações hidráulicas e sanitárias; cômodos alugados e congestionados com uso comum do banheiro e, eventualmente, de cozinhas, várias funções exercidas no mesmo cômodo; coabitação involuntária e pouca ou nenhuma privacidade" (Véras, 1985: 24).

No cortiço, o espaço residencial assume fator fundamental no modo de organização das famílias, nas dinâmicas que são aí estabelecidas e, sobretudo, nas relações que são tecidas no seu interior. As características específicas dessa modalidade habitacional, evidenciadas, sobretudo, pela precariedade, pela transitoriedade e pela quebra freqüente da intimidade e da privacidade dos seus moradores, definem um modo específico de se morar na cidade. Várias faces da violência se sobrepõem para os moradores dos cortiços: a física e a social, a ilegalidade do contrato e as ameaças do administrador, as condições de insalubridades de moradia e a falta de espaço, a miséria e a falta de comunicação entre os vizinhos (Ariente, 1998:44). A necessidade de constituição desses espaços sintetiza a contradição do viver nas grandes cidades na medida em que estas negam a existência desses espaços relacionais, ao mesmo tempo em que o consideram como necessidade humana fundamental (Sennet, 1988; Poe, 1984).

<sup>3</sup> Por vínculo social entende-se a "dupla vinculação dos homens com o mundo e dos homens entre si e que é construída através da linguagem produzindo o sentido de suas múltiplas ligações reais: de trocas econômicas, de poder político, de inscrição num mundo cultural de valores. A linguagem não é fundadora dessas vinculações, mas é sua formadora e é quem as institui" (Ariente, 1995:13).

O tema, multifacetado, perpassa questões relativas à construção das relações sociais e das identidades no contexto social, econômico, político, cultural e espacial dos residentes dessa modalidade habitacional. As questões que envolvem esse território, portanto, não se restringem às desigualdades sociais e econômicas, inerentes ao sistema capitalista, envolvendo também questões de etnicidade, alteridade, territorialidade, conterraneidade e cidadania, que estão imbricadas na construção e na permanência das relações de sociabilidade, norteando em grande medida as relações que são travadas no seu interior.

## 2. Modelo Teórico-Metodológico

A pesquisa foi realizada com 28 famílias residentes em quatro cortiços localizados na região central da cidade de São Paulo, nos bairros da Sé, Mooca, Campos Elíseos e Vila Alpina. A escolha dos cortiços foi feita a partir de critérios que compuseram uma amostra mais heterogênea no que diz respeito às características dos imóveis, às condições socioeconômicas dos moradores e à localização urbana, acreditando que esses aspectos fossem também relevantes no que diz respeito à sociabilidade vivida nesses espaços. A escolha das famílias foi feita levando em consideração as diferenciações sociais presentes também nos cortiços. A entrevista foi realizada com um dos cônjuges ou um dos responsáveis pela família presente e disponível na ocasião da entrevista.

A análise das formas de sociabilidade entre a vizinhança residente nos cortiços teve como referência teórica a perspectiva de Simmel que se detém, sobretudo, na interação ou na relação de reciprocidade que pode ligar os indivíduos. A sociabilidade é aqui compreendida como padrões e formas de relacionamento social concreto que ocorrem em contextos ou em círculos de interação e de convívio social determinado (Eufrásio, 1996). A coesão social se coloca na relação mantida com o Outro, com a alteridade, dependente do grau de afastamento ou distanciamento que se estabelece na relação com o Outro. É essa interação, ou a forma como ela se constitui, que permitiria caracterizar a evolução da abertura do grupo para o que lhe é estranho.

O espaço, para Simmel, é uma das condições de sociedade e, nesses termos, a "interação converte o espaço, antes vazio, em algo cheio para nós, já que faz possível a referida relação. Assim, ao procurarmos conhecer as formas de sociabilidade, temos de inquirir a importância que as condições espaciais de uma sociabilidade têm no sentido sociológico, para suas qualidades e desenvolvimento" (Simmel, 1983:24).

Completando esse arcabouço teórico, a relação dos indivíduos no espaço urbano dos cortiços pode ser pensada também a partir do sujeito e do seu processo de construção pessoal, a partir do que se conhece na psicanálise, como a teoria da identidade. A identidade, como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética do indivíduo com a sociedade. É formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais (Berger e Luckmann, 1998).

O processo de identificação não se esgota no tempo nem se limita a um outro específico. Tampouco se restringe a particularidades do individual, uma vez que cada indivíduo está, necessariamente, inserido numa ordem simbólica, inscrita numa cultura que lhe é anterior. Ao não se restringir a particularidades do individual, articulando-o a um universo simbólico, o conceito de identificação permite considerar que o ambiente construído, enquanto expressão privilegiada da cultura, se oferece como objeto de identificação, como o Outro, sendo, portanto, elemento fundamental nessa apropriação singular que o processo de identificação propicia, na qual características próprias do objeto de identificação se tornam parte constitutiva de quem com ele se identifica. É também através da relação com a cultura, da qual o ambiente construído é expressão privilegiada, que o ser humano se reconhece e se expressa, tanto individual quanto coletivamente, donde se apreende o papel estruturante do ambiente construído na organização subjetiva do ser humano. É por ser parte de si mesmo - a partir da apropriação que o processo de identificação possibilita - que o espaço construído se torna fundamental na organização psíquica das pessoas.

### 3. Sobre os cortiços e os "encortiçados"

Os cortiços que fizeram parte desse estudo se diferenciaram tanto do ponto de vista de sua formação quanto de sua inserção no espaço urbano da cidade de São Paulo. Nos cortiços da Sé e em Campos Elíseos as famílias não pagam aluguel - situações atípicas dentro das modalidades de cortiços. O primeiro, o cortiço da Sé, é um prédio da prefeitura e as famílias moradoras têm direito ao usufruto dos cômodos. Já em Campos Elíseos o processo de encortiçamento do imóvel se deu a partir da invasão de algumas famílias que, sem terem onde morar, ocuparam o imóvel.

No que diz respeito às condições habitacionais das unidades residenciais, os problemas das famílias estiveram relacionados às condições precárias dos cômodos. A falta de espaço, o uso coletivo dos tan-

ques e dos banheiros, a irregularidade no fornecimento de energia elétrica, a irregularidade ou ausência total no abastecimento de água (como no caso do cortiço em Campos Elíseos) e as filas constantes para uso dos equipamentos ou banheiros coletivos estiveram sempre associados aos problemas da falta de poder aquisitivo dessa população. Essa precariedade também esteve relacionada ao pequeno espaço dos cômodos, à necessidade de utilização de espaços comuns, comprometendo, freqüentemente, a privacidade das famílias, tanto internamente, entre os seus membros, quanto entre os vizinhos.

Na caracterização sócio-econômica das famílias o conjunto de dados situam-nas nas camadas mais pauperizadas da população. A inserção no mundo do trabalho para o grupo das famílias se evidencia dentro de condições de precariedade e de inclusão marginal - a maioria desenvolve trabalhos informais, esporádicos e extemporâneos, de baixo prestígio social, grande parte sem uma relação empregatícia que lhes assegure um mínimo de garantias e, ou, benefícios sociais. A renda média geral das famílias esteve em torno de 2,33 salários mínimos, e o chefe teve sua renda em torno de dois salários mínimos. Observaram-se variações significativas nas faixas de renda em cada imóvel. Em ordem decrescente, as faixas de renda mais elevadas foram encontradas entre as famílias residentes nos cortiços Vila Alpina, Sé, Mooca e Campos Elíseos. No cortiço de Campos Elíseos, os rendimentos da maioria das famílias variaram desde aquelas sem rendimento algum àquelas com renda de até 3,0 salários mínimos. Os gastos com aluguel variaram de 0,44 SM a 1,17 SM, com média de 0,75 SM. A baixa escolaridade (quase 90% têm apenas o primeiro grau incompleto) explica, em parte, o acesso a esses postos de trabalho e à informalidade, já que uma das tendências do mercado formal de trabalho é a demanda cada vez mais crescente nos postos especializados.

#### 4. O espaço, as sociabilidades e as relações de trocas na vizinhança

##### 4.1. O Sentido do Morar

O local de residência é uma importante referência na apresentação dos indivíduos ao mundo. O sentido do morar se manifesta no sentimento de localidade, de pertencimento ao lugar que os moradores expressam. Mais do que cenário e abrigo para as muitas atividades humanas, o espaço é elemento constituinte do ser humano, o que lhe confere impor-

tância e significados<sup>4</sup>.

A análise das entrevistas mostrou que os indivíduos tinham uma relação de compromisso, isto é, tendiam a se identificar com o bairro onde moravam, mas não desenvolviam essa mesma relação com o prédio, com os vizinhos, ou com todos eles. As análises partiram, inicialmente, das razões relacionadas ao desejo de permanência ou mudança do bairro. A grande maioria não gostaria de se mudar do bairro em contraposição ao desejo, também da maioria, de mudar-se do cortiço. Em relação ao desejo de mudança do bairro as razões apresentadas estiveram relacionadas às condições de infra-estrutura do bairro, ao sentimento de afetividade com o lugar, à falta de recursos para morar em outro lugar e às redes de sociabilidades presentes no bairro. O desejo da maioria de se mudar do cortiço esteve relacionado às condições físicas e estruturais do cômodo, à sociabilidade com a vizinhança e ao desejo de adquirir uma casa própria.

Muito mais do que a identificação, ou de um sentimento de pertencimento ao lugar, esses dados são reveladores das condições materiais e históricas relacionadas a esse segmento da população e à sua exclusão (ou inclusão perversa) no processo de produção capitalista. Não se pode desconsiderar, no entanto, que, em alguma medida, os dados podem estar indicando, além dessas razões, um sentimento de pertinência dos moradores (sobretudo ao bairro) ao espaço em que vivem. Nesse sentido, as análises de espaço remetem a uma dimensão mais abrangente que a econômica e estão relacionadas às dimensões simbólicas do espaço. Essa dimensão é construída por meio da cultura e da identificação dos sujeitos com o espaço enquanto um lugar pessoal, associado também às suas redes de relações sociais.

A identificação (ou não) com o espaço, nesses termos, revela-se de diferentes formas para cada indivíduo e em virtude de suas idiosincrasias individuais (Berger e Luckmann, 1998). O bairro, para muitos dos entrevistados, se estabelece como um "lugar" que lhes fornece um meio familiar para suas relações sociais. "Ser estranho" significa ter que provar que é digno da confiança. A confiança ou a confiabilidade adquirida a partir das redes de relações pessoais no lugar em que se vive torna-se capital social para os indivíduos. Nesses termos, o sentimento

<sup>4</sup>Nesse sentido, o conceito de espaço vincula-se à idéia de *lugar* que diz respeito à "construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas a qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja" (Augé, 1994:51). O conceito engloba, portanto, os sentidos identitários, relacionais e históricos.

de identificação com o bairro tem caráter instrumental relacionado, sobretudo, à necessidade de sobrevivência e de trabalho, conforme mostra o depoimento de dona Severina:

(...) Então, é por isso que eu gosto da Mooca. Porque é o lugar que eu sou mais conhecida. Aqui o pessoal todo já me conhece. Quando às vezes, você vai morar num canto estranho que você não conhece, aí (os vizinhos do bairro) fica até, às vezes, julgando a pessoa, né? Pensando mal da pessoa. Você já procura aqueles patrões ali que já conheceu a pessoa, já viu que dá pra trabalhar... (...) (Sra Severina, 46 anos, Mooca).

A identificação com o bairro se coloca também na associação do lugar às histórias pessoais dos indivíduos, enquanto referência pessoal e afetiva. Nesses termos, o sentido dado aos espaços afetivamente diferenciados é o de construção do próprio reconhecimento, de saber-se quem é e em qual contexto social, psíquico e afetivo se está inserido. Longe da estranheza que a cidade de São Paulo oferece aos seus moradores, o bairro pode se apresentar como uma experiência humana íntima e local, um "território moralmente sagrado" (Sennet, 1988), como mostra o depoimento do Sr. Souza:

Sabe que a gente faz uma raiz aqui... A gente vê todas as crianças crescerem juntas. Os rapazes que cresceram juntos com meus filhos. A gente vê as moças crescerem. E depois você passa a viver com essas pessoas, porque essas pessoas casam e daqui a pouco a gente está levando essas pessoas pra ter neném. Essa é a satisfação que dá pra gente: você vê aquela geração que cresceu junto com seu filho e tá se multiplicando, né? Sr. Souza, 63 anos, Campos Elíseos).

Na descrição o Sr. Souza faz da história do bairro identifica-se o movimento da cidade na sua "reorganização autofágica" (Veras, 1999) dos espaços urbanos, obedecendo aos interesses financeiros e imobiliários, excluindo, em favor do capital, homens e memórias. Diferente dos antigos moradores que se mudaram para bairros mais nobres da cidade, o Sr. Souza permaneceu no bairro. A decadência social e econômica da

família os levou a vender o apartamento em que moravam e, depois de algum tempo pagando aluguel e sem ter como continuar custeando essa despesa, acabaram indo morar num dos casarões abandonados do bairro, onde não teriam mais essa despesa. A identificação com o bairro, sobretudo pelo que ele já foi, é marcada pela ambigüidade de ter que conviver com vizinhos com os quais atualmente não se identifica.

Do que não gosto é de ver os prédios históricos aqui ser mal tratado como está sendo esse prédio aí, sendo mal tratado! Eu conheço isso tudo aqui... Há dez anos atrás você chegava aqui esse prédio era uma 'buniteza'. A família veio na frente aí e destruiu o prédio. Era uma coisa bonita de se ver: a história de São Paulo, a história da riqueza do café. Porque foi nesse bairro aqui que saiu a riqueza de São Paulo - pelas famílias tradicionais... Então eu gosto disso por causa da história do bairro. Depois (as famílias) saíram daqui foram pra Angélica, da Angélica foram pra Paulista. Então, a gente participou da história do bairro e do dia-a-dia que foi aqui do bairro... (Sr. Souza, 63 anos, Campos Elíseos).

Não ter casa e ter que "viver de aluguel" significa não ter também estabilidade de moradia, pois se pode ser despejado de um dia para outro. E esta é uma possibilidade sempre presente, já que o trabalho irregular e esporádico - realidade de grande parte dos moradores - não dá garantia de que, ao final do mês, ter-se-á o dinheiro para pagar o aluguel. Além disso, o cortiço é um mercado informal de locação. Como tal, os locatários estão mais sujeitos aos despejos, já que não têm nenhuma disposição jurídica regularizando esse negócio. Assim, as trajetórias residenciais das famílias caracterizadas pelas várias mudanças evidenciam a necessidade premente de compatibilização do valor do aluguel aos salários reduzidos. A transitoriedade que identifica a condição do morador de cortiço pode fazer desses territórios "espaços neutros", segundo a expressão de Richard Sennet (1988), destacados de todo passado, se prestando mais à função de "alojamento", "onde a soma dos espaços de habitação engendra mais servidões de coexistência do que meios de existência coletiva e de socialização" (Sennet, 1988). Nessa transitoriedade que caracteriza a situação de moradia, os moradores de cortiço, frequentemente, não constroem uma referência básica comum em torno



do local de moradia. Os depoimentos são reveladores dessa instabilidade:

Quando cheguei (em São Paulo) morei em cima de um cinema numa quitinete. É que antigamente a gente não pagava tão caro assim... Depois morei ali na esquina da avenida Rio Branco com a Ipiranga, com a Santa Efigênia. Depois, fui morar lá na Água Rasa. Quando o aluguel ia ficando apertadinho, a gente ia procurando um outro lugar pra fica, né? Aí a gente pegava e mudava... E eu sempre trabalhando!... (Sra Railda, 61 anos, Sé).

Numa sociedade fundada sobre a propriedade privada e a ideologia da casa própria, aqueles que não têm casa própria não são sujeitos. Na dialética da exclusão, como analisa Canevacci (1981), os que têm propriedade instituem-se como sujeitos, enquanto aos outros é negada a individualidade, sendo-lhes garantida apenas parte dos direitos formais. Assim, enquanto moradores de cortiço, têm uma forma peculiar de inserção na cidade: marginal e estigmatizada. São moradores do bairro, mas não têm os recursos materiais e financeiros que lhes permitam o acesso digno a moradia, lazer, escolas, saúde, alimentação. Frequentemente desempregados, vivendo de biscates, dependendo do trabalho ocasional ou de expedientes, grande parte não tem um salário. Sua inserção no modo de produção capitalista se coloca, pois, nos termos de José de Souza Martins, enquanto um modo marginal de inserção. Nesse sentido, a privação é mais do que privação econômica, relacionada aos itens básicos a uma vida digna (trabalho, meios para participar do mercado de consumo, bem-estar, direitos, entre outros), mas comportaria também uma dimensão moral diante da quase ausente possibilidade de ascensão moral (Martins, 1997).

Relacionado a esse processo de exclusão ou inclusão marginal (com certeza, pelo menos do mercado formal de locação), colocam-se ainda os processos embutidos na relação que esta população pobre tem com o resto da sociedade. O estigma que carregam na condição de "encortiçados" se revela nas falas dos moradores. O cortiço coloca-se como o território determinante da posição que o indivíduo ocupa na sociedade (Milton Santos, 1996b). O indivíduo vale pelo lugar onde mora. Os moradores sentem o peso dessa diferenciação social: "Eles (os moradores do bairro) não olham com bons olhos não! As pessoas acham que todo mundo aqui é favelado, pensa que todo mundo aqui é marginal...."

(Sr. Souza, 63 anos. Campos Elíseos).

No processo de exclusão social e econômica em que se encontram, os moradores de cortiço se "reincluem" de forma marginal e precária. Muitas vezes, a reinclusão se dá a partir de uma "reinclusão ideológica", ou seja, no imaginário dos seus moradores e nas "fantasias pasteurizadas e inócuas do mercado", nos termos de Martins (1996). Na avaliação do Sr. José Augusto, morador do cortiço na Vila Alpina, nas proximidades do cortiço ele estaria frequentemente associado às prerrogativas e aos estigmas relacionados a este lugar. Fora do espaço do cortiço, na rua, a multidão o encobre e o acoberta e ele adquire a identidade de um cidadão respeitável, sem o estigma de morador de cortiço. Essa "reinclusão" se daria a partir do cuidado com a aparência física, que lhe permitiria ser tratado com respeito e dignidade, como um cidadão em condições de igualdade no exercício dos seus direitos e obrigações.

Essa inclusão precária não cria possibilidades de ascensão social dos indivíduos. Ao contrário, elas recobrem e anulam o potencial de transformação das classes sociais e, por isso, tendem para a direção contrária, inclusive para atitudes conformistas dos sujeitos (Martins, 1997). Essa precariedade revela-se também no acesso que têm à cidade de São Paulo. Mesmo morando no centro da cidade, vivem constantemente a ambigüidade de viverem num dos pólos mais modernos e desenvolvidos do País, se defrontando com as possibilidades de consumo neste mundo, sem que, no entanto, tenham acesso a esse universo.

Esses processos de exclusão ou inclusão perversa, relacionados à vida dos encortiçados, revelados a partir de sua forma específica de inserção no modo de produção, são, antes de tudo, expressões das contradições no desenvolvimento da sociedade capitalista. Eles se revelam também na dinâmica do seu cotidiano: nas possibilidades concretas de consumo (inclusive os habitacionais), nas privações, que são mais que econômicas, alcançando a dimensão moral dos indivíduos, nas suas formas específicas de interações sociais que depõem num crescente as mudanças de suas condições atuais de vida.

#### 4.2. O Cotidiano e as Interações Sociais da Vizinhança: entre o Público e o Privado

Na vida cotidiana, os significados que definem os relacionamentos sociais nem sempre estão dados previamente - devem ser compartilhados, vivenciados e construídos reciprocamente entre os participantes da situação. A dinâmica das relações dos moradores de cortiços deve

ser entendida no conjunto dos fatores que definem a vida dos encortçados; não apenas na proximidade física, mas também no tempo de convivência, nos encontros constantes.

Na conformação do espaço, as áreas coletivas não são espaços privados, posto que são de uso de todos os moradores, mas não são "inteiramente" públicas, já que são de uso restrito dos moradores. No tênue limite dos espaços público e privado, algumas normas de conduta se colocam para garantir a convivência. No entanto, o afrouxamento dos limites dos comportamentos privados em relação aos comportamentos públicos pode significar um considerável número de problemas e de situações constrangedoras vividas no dia-a-dia relacionadas especialmente à intimidade e privacidade dos moradores. A noção de "comportamento público" que se coloca é nos termos de Sennet (1988:115), segundo a qual o "comportamento 'público' (independentemente do tempo histórico e da referência de localidade) é, antes de tudo, uma questão de agir a certa distância do eu, de sua história imediata, de suas circunstâncias e de suas necessidades".

A discussão sobre a intimidade dos moradores refere-se, sobretudo à intimidade "forçada" pela proximidade dos cômodos e pela divisão das áreas coletivas pelos moradores, levando a uma exposição maior dos moradores e, conseqüente, maior conhecimento da vida privada uns dos outros. Nesse sentido, a intimidade se coloca, sobretudo, a partir da sobreposição do espaço público e do espaço privado, quando se ultrapassa o limite entre o que pode ser visto pelos vizinhos e o que deve ser restrito ao espaço doméstico.

Para grande parte dos moradores, o compartilhamento das áreas coletivas é extremamente conflituoso e, sobretudo, constrangedor. Obviamente essa última avaliação depende da definição que cada um tem sobre as normas de "decoro" - do que seja "decente" ou "indecente". As condições de vida e de habitabilidade impõem um "conhecer" do outro que ultrapassa as barreiras do "conveniente" e se coloca como um tipo de interação social que não permite um território pessoal próprio. No caso de dona Salvelina, por exemplo, que no seu depoimento fala da vontade de ir embora, de morar em um cômodo maior com banheiro, onde não necessitasse expor seu corpo aos olhares dos outros (em decorrência da necessidade de transitar entre o espaço do cômodo e o banheiro enrolada a uma toalha), percebe-se o constrangimento que esta senhora sente ao contrariar o seu padrão de moralidade social.

A vida sexual dos moradores é outro tema relacionado à intimida-

de dos moradores, que, nessas condições de moradia, torna-se muito mais exposta. Especialmente em relação à vida íntima, alguns relatos mostraram claramente como o tema assume caráter repressivo entre os moradores e se coloca como uma forma de controle social entre eles. O temor do olhar que não se torna palavra, que não se traduz em comentário face a face, é traço marcante da condição de vizinhança. É grande a preocupação com o risco de ser "malfalado" pelas pessoas que estão permanentemente por perto. O falar por trás constitui um outro código, não exposto e sim oculto, mas que é real e, portanto, causa grande temor.

Assim, o conhecimento e os comentários sobre o que se passa na vida de cada um são motivos de constrangimentos mútuos e conflitos. Cenas de intimidade reveladas pela proximidade dos cômodos, pela fina espessura das paredes, são, comumente, extremamente constrangedoras tanto para os protagonistas quanto para quem as presencia ou escuta. No relato de dona Maria Lúcia, moradora do cortiço da Vila Alpina, percebe-se o extremo incômodo da entrevistada com o comportamento de uma vizinha que tinha relações sexuais com o companheiro "a qualquer hora do dia ou da noite", segundo seu relato. Esse fato a incomodava, sobretudo porque o barulho era ouvido pela sua filha Ana Paula, de seis anos: "Ela não tem hora: é a noite, é de manhã cedo. Ela não respeita! Só isso que eu falo! Você sabe como é, né? Escuta tudo! A parede está aqui e minha filha escuta tudo! Se eu pudesse me mudava!..." (Sra. Maria Lúcia, 45 anos, Vila Alpina).

O constrangimento da "intimidade forçada" pode se colocar em âmbitos mais extremados. No cortiço de Campos Elíseos, a situação de falta de água leva os moradores a utilizar os sanitários dos bares da região ou a defecar em caixas de papelões que são lançadas no próprio quintal, o que os obriga à convivência constante com esses detritos e com o mau cheiro das fezes. Há que se ressaltar, no entanto, que essa situação extremada vivida pelos moradores do cortiço em Campos Elíseos é atípica à maioria dos outros cortiços, que, a duras penas, conseguem manter suas contas de água e luz em dia (conforme os depoimentos), mas mantendo, freqüentemente, esse recurso presente no imóvel.

Internamente, no interior dos cômodos, pode-se dizer que as condições sociais do grupo também são, em grande medida, definidoras do grau de privacidade das famílias. Conforme colocou José de Souza Martins, em referência à privacidade das populações pobres na região do Amazonas, "a vida privada é ainda uma vida de privações e não uma vida de privacidade" (Martins, 1998). Morar em um, ou no máximo dois cômodos,

significa ter que sobrepor nesse pequeno espaço as diferentes funções dos cômodos da casa. Em um único cômodo, confunde-se a área de serviço, a área íntima e a área social da casa. A presença dos móveis e equipamentos é o que define freqüentemente as áreas - o fogão, a pia, a geladeira (quando presente) definem a área da cozinha. A cama, na maioria das situações encontradas, é utilizada pela família durante o dia como o sofá e à noite como leito para dormir - freqüentemente mais de uma pessoa, dadas as poucas acomodações. Nas unidades residenciais, tanto menor é a privacidade quanto maior o número de moradores.

A coletividade no uso dos tanques de lavar a roupa e a louça se estabelece também como uma forma de vigilância de uns sobre os outros, uma forma de controle social. A presença da louça suja nos tanques com os restos alimentares revela aos olhares dos vizinhos o que se comeu na refeição anterior e o que se está 'podendo' comer; de outro lado, a sua ausência traz comentários da miserabilidade de quem não pôde comer nada naquele dia.

O cerceamento da liberdade dos moradores se estabelece também na relação entre o proprietário e os inquilinos. O controle do proprietário pode se estender aos choros, à fala, à vida íntima dos moradores e se faz mais rígido e constante em situações de sua residência no próprio local. A especulação e controle daquele chega aos aspectos mais íntimos da vida dos locatários que, não raro, submetem-se a esse tratamento.

A condição de mulher, sobretudo de "mulher morando sozinha", é vista freqüentemente como sinônimo de disponibilidade e indefensabilidade. Mulher sem homem morando dentro de casa é aberta à violação, à violência e a todo tipo de ingerência. Nestas condições, impor-se, delimitar o seu espaço diante do grupo significa, muitas vezes, lançar mão da violência.

Diante de situações de conflitos e invasão da privacidade, desenvolvem-se, freqüentemente, entre os moradores sociabilidades que tendem para o isolamento social das pessoas se contrapondo às relações de caráter mais pessoais, caracterizada por atitudes de indiferença ou reserva em relação aos outros moradores. Comportamentos que se estabelecem, sobretudo, como uma forma de preservação da vida pessoal e da privacidade, conforme explicita a fala do Sr. José Augusto:

(...) É tipo assim: a gente dentro da cidade grande a primeira coisa que a gente deve fazer é cuidar só da vida da gente! O outro ou a outra que fica para lá não

tem nada a ver, né? Por que as pessoas quer se envolver com a vida de um, de outro... Acho que aí não dá, né? Eu não participo e não gosto! Sempre eu falo para ela aqui, que é minha sobrinha pra não se envolver! Eu sempre fui assim: cuido da minha vida, faço a minha parte, e cada um é cada um! (Sr. José Augusto, 33 anos, Vila Alpina).

A quebra freqüente da privacidade, restringindo o espaço da intimidade dos moradores, é vista pela maioria deles como uma situação incômoda. A concepção da vida pública de Sennet como a "arte da representação" e suas implicações são pertinentes a essa análise. Nos termos do autor, "a imagem da sociedade como um teatro não possui significado único [...], mas vem servindo a três propósitos morais constantes: o primeiro foi de introduzir a ilusão e a desilusão como questões fundamentais na vida social [...]. Em terceiro lugar, e mais importante, as imagens do *theatrum mundi* são retratos da arte de representar que as pessoas praticam na vida cotidiana. [...]. O homem como uma criatura de máscaras..." (Sennet: 1988:53). E num outro momento diz: "A representação teatral, na forma das boas maneiras, convenções e gestos rituais, é a própria substância de que são formas das relações públicas e da qual as relações públicas auferem seu significado emocional. Quanto mais as coisas desgastam o fórum público, mais as pessoas se tornam rotineiramente inibidas em exercer a capacidade de representar [...]. Essas modalidades de representação teatral são papéis a representar" (Sennet, 1988:46). Completando, pode-se dizer que nas esferas pública e privada existem padrões de comportamento e de sociabilidades distintos. Sennet estabeleceu a teatralidade como o padrão da vida pública, ao passo que na intimidade pode ser preservado o "comportamento natural".

Trazendo essas análises para o espaço de convivência dos moradores de cortiços, pode-se dizer que grande parte das vezes é grande o desgaste público entre os moradores, favorecido, sobretudo, pela proximidade do espaço, pelos encontros diários e freqüentes. Os moradores vivem o conflito da aproximação e do distanciamento. Ora a sociabilidade tende a se colocar de forma intensa e próxima, facilitada, inclusive, pela estrutura física da habitação e pela necessidade de utilização das áreas comuns, ora os indivíduos tendem a se distanciar, no intuito de evitar a todo custo a exposição pública de si - palavras e comportamentos - "não deixar cair as máscaras". Isso se dá, sobretudo, pelo receio de uma intensa sociabilidade e a perda conseqüente da privacidade, do

"falatório", da fofoca. Assim, os indivíduos acabam desenvolvendo comportamentos mais distantes como forma de garantir a privacidade e preservação de um espaço de intimidade pessoal.

Completando, de acordo com Richard Sennet, "quando todos estão se vigiando mutuamente, diminui a sociabilidade"; "as pessoas são tanto mais sociáveis quanto mais tiverem entre elas barreiras tangíveis (...). Os seres humanos precisam manter uma certa distância da observação íntima por parte do outro para poderem sentir-se sociáveis. Aumentem o contato íntimo e diminuirão a sociabilidade". (Sennet, 1988:29).

Os fatores analisados relacionados à dinâmica residencial e às formas de sociabilidade que se estabelecem nos cortiços intervêm sobremaneira nos processos de trocas que a vizinhança estabelece, conforme passaremos a analisar.

#### **4.3. As Redes de Ajuda na Vizinhança: a Negação, a Reciprocidade e os Vínculos**

Nas situações de ajudas identificadas, os vizinhos estão presentes, sobretudo nas situações de préstimo de pequenos favores, empréstimo de gêneros alimentícios e de utensílios domésticos, préstimo de ajudas em situações de urgência da família (doenças, acidentes etc.), no cuidado com crianças e enquanto apoio emocional. As trocas que se estabelecem entre os vizinhos são, sobretudo, aquelas que não demandam recursos econômicos das famílias, conforme comprovaram os resultados.

Na análise desses resultados, das circunstâncias em que as trocas com a vizinhança se estabelecem, pode-se dizer que haveria certas obrigações básicas que se colocam à condição de ser vizinho, independentemente de qualquer retorno ou vínculo estabelecido. No entanto, além desses, outros fatores intervenientes estão relacionados ao processo de identificação com o outro, aos vínculos e ao princípio de reciprocidade que rege a maioria das trocas na vizinhança.

O estranhamento que permeia as interações sociais no mundo da rua muitas vezes se mantém entre os moradores - consequência da heterogeneidade social resultante de histórias de vida distintas entre si, mas também de outras dimensões elementares dessa heterogeneidade. Ou seja, nos cortiços estão presentes, enquanto famílias, crianças, jovens, velhos; homens e mulheres; diferentes etnias e religiões, pessoas originárias de diferentes regiões do país; pessoas que vivenciaram a

roça, mas também pessoas vindas de áreas metropolitanas; analfabetos, pessoas com escolaridade de primeiro, segundo grau; inúmeros valores morais, enfim, a complexidade de qualquer contexto social dado por pessoas que estão vivenciando processos de interação social. Essas diferenças de biografias e, portanto, de padrões de comportamentos sociais distintos entre si encontram-se num novo processo de interação social no âmbito do cortiço. As possibilidades de identificação social e de coesão social que essa interação social poderá proporcionar dependem das novas experiências sociais que essas pessoas vivenciam umas com as outras (Berger e Luckman, 1998).

Nas interações que as famílias estabelecem entre si, muitas delas acabam por identificarem-se entre si em função das afinidades que supõem (subjatividade) existir entre elas, num determinado plano social de suas vidas, seja o parentesco, o religioso, o trabalho, o lazer. A noção de identificação social expressa, portanto, além das afinidades entre os indivíduos, um sistema social particular em que as pessoas e famílias desses grupos sociais estão envolvidos. Significa as relações sociais de produção, os hábitos de trabalho, os valores sociais e morais, o parentesco, as tipificações estabelecidas nas inter-relações sociais e que estabelecem um padrão comum de comportamento, o sistema de representações, a religiosidade, a linguagem, os ritos, os mitos, enfim, o conjunto de institucionalizações compartilhadas pelo grupo (Berger e Luckmann, 1998).

Nos cortiços, enquanto espaço social em permanente construção, as pessoas, inicialmente estranhas entre si, começam a atuar umas sobre as outras; diferentes personalidades interagindo no cotidiano, possibilitando novas tipificações recíprocas de ações habituais. Todavia, as ações que têm probabilidade de ser reciprocamente tipificadas serão aquelas que são importantes para as pessoas envolvidas (Berger e Luckmann, 1998). Isso significa dizer que uma multiplicidade de planos sociais de interação ocorrem, aflorando estranhamentos e identidades.

Nesse processo de identificação social, os vizinhos devem fazer ressonância à visão de mundo, forma de comportamento e valores. E, se não se estabelece essa identificação, freqüentemente, evidenciam-se as desigualdades, as segregações entre os próprios moradores, fatores que podem se colocar como limitadores às situações das ajudas.

No entanto, a condição de estranho não é igual ou com a mesma freqüência em relação a todos os moradores. Muitos chegam, inclusive, por causa das redes de parentesco ou de amizades anteriormente



estabelecidas. Nesses casos, a identificação social pode se estabelecer por esses vínculos, como também pela origem dos moradores, na medida em que os moradores se identificam como sendo originários de uma mesma localidade e quando estes forem fatores de coesão social entre as pessoas. Entre os moradores do cortiço da Sé, por exemplo, quase todas as famílias moradoras são aparentadas ou conhecidas de uma mesma localidade: Ipirá, Bahia. Esse fenômeno foi originário da tendência observada entre os moradores de, uma vez instalados no cortiço, chamarem seus parentes ou conhecidos, para também se instalarem ali. As circunstâncias em que se deu o processo de encortiçamento dos imóveis, assim como o período de convívio social entre as pessoas, tem contribuído ora positiva ora negativamente para que as interações sociais de reciprocidade pudessem estabelecer a mútua identificação de hábitos entre elas, de maneira que gerassem tipificações e institucionalizações necessárias para o estabelecimento de um padrão comum de comportamento social e, portanto, desenvolver rotinas sociais comuns ou relações de trocas entre eles, na vida cotidiana.

No caso, por exemplo, do cortiço em Campos Elísios, um conjunto de circunstâncias que levaram à invasão das famílias ao imóvel agregou diferentes realidades sociais. Diferentes situações ali encontradas, relacionadas às ocupações lícitas e ilícitas, hábitos de comportamento (muitas estão relacionadas ao uso e tráfico de drogas e alcoolismo), origem (meio rural ou urbano), estão associados às famílias moradoras. A complexidade dessas formas combinatórias, relacionadas à precarização econômica e social das famílias, se coloca ora como fatores de identificação, ora como de estranhamento entre os moradores.

Como observam Berger e Luckmann (1998:176), a identificação dos indivíduos com os outros significativos é, por assim dizer, a particularização na vida individual da dialética geral da sociedade. No processo de identificação, os outros significativos "são escolhidos a partir de aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujos fundamentos se encontram na biografia individual de cada um. O mundo social é 'filtrado' para os indivíduos através dessa dupla seletividade".

Nesses termos, para alguns moradores, a identificação social é estabelecida com base em valores tradicionais relacionados às redes de parentesco, à cultura e aos valores morais. Aliado ao processo de identificação, o processo de diferenciação uns dos outros. Ser morador de cortiço corresponde a uma condição social inferior, da qual os moradores

precisam reiteradamente se diferenciar, justamente porque as distinções entre iguais são sutis; elas precisam estar nitidamente demarcadas através de categorias morais. No caso do Sr. José, morador no cortiço em Campos Elíseos, migrante do Nordeste, que ainda conserva traços fortes da cultura tradicional nordestina, só diz estabelecer relações de confiança com a família, sobretudo os filhos, e com alguns poucos vizinhos. As suas relações de confiança são remetidas a essas relações e àquelas que ele ainda conserva na sua terra natal.

A gente vive num meio sem confiar!... Sem confiar! Porque não é porque é vizinho que às vez tudo é de confiança, porque não é! (...) Amigo que eu tenho é meus filho e vivo mais eles direto, agora os filho. E quando eu chego no Ceará eu tenho umas amizade, no Ceará, mas aqui mesmo, não! No Ceará tenho muito! E se eu sair aqui, saio sozinho e Deus! E pronto! (Sr. José, 53 anos, Campos Elíseos ).

A avaliação do Sr. José sobre a convivência com os vizinhos, provavelmente, se pauta no conhecimento que tem dos moradores. A confiabilidade reservada a poucos vizinhos seria posta a partir do compartilhamento com o outro do seu universo moral e de valores, que passam a ser utilizados como "filtros de seleção" na qualificação dos vizinhos. Valores como trabalho e, sobretudo, trabalho honesto são utilizados como referências importantes na identificação e qualificação dos vizinhos como pessoas "confiáveis". Além do aspecto moral relacionado ao trabalho honesto, diferenciando, qualificando e inserindo os indivíduos no "mundo do bem", ele também possibilita as interações baseadas no princípio de reciprocidade. A identidade associa-se diretamente ao valor do trabalho. O trabalho honesto é muito mais do que o instrumento da sobrevivência material, mas é condição de sua autonomia moral, ou seja, da afirmação positiva de si. Ao lado da negatividade com a qual identifica a grande maioria dos seus vizinhos - malandros, bêbados, drogados - a noção de "ser trabalhador" lhe dá uma dimensão positiva, que se inscreve num significado moral atribuído ao trabalho (nos termos de Sarti), a partir de uma concepção da ordem do mundo social que requalifica as relações de trabalho sob o capital. O valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas, uma vez que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o "desqualifica" socialmente.

No caso do Sr. Souza, a decadência social e econômica levou ele e a família a irem morar no cortiço. Os antigos moradores do bairro são para ele a referência de "bons vizinhos", de "famílias boas". Sua avaliação provavelmente está pautada nas condições econômicas, sociais e morais dos antigos vizinhos, que se estabelecem, para ele, como códigos de credibilidade e de qualificação moral. Atualmente, os vizinhos com os quais ele divide o casarão invadido são vistos como "maus elementos". Para estabelecer sua identificação como pessoa "respeitável", ele remete sua identificação para outro meio social, se diferenciando e se auto-excluindo do grupo dos seus vizinhos. Nesse processo de diferenciação do outro, o que exaspera é ver que o diferente torna-se o mesmo, ou seja, é ver o outro como muito parecido e, por isso, o sujeito sente-se ameaçado na sua identidade. A diferença é, pois, nesse caso, tranquilizadora (Chnaiderman, 1997).

No processo de diferenciarem-se do grupo, os sujeitos acabam muitas vezes utilizando, com os mais próximos, os mesmos códigos dos quais são vítimas, com o intuito de diferenciarem-se do grupo. Pode-se inferir que a vizinhança nos cortiços, por si só, não se estabelece como fator de forte agregação entre os indivíduos. A co-habitação é involuntária; o morar no mesmo local é, sobretudo, uma estratégia de sobrevivência da população pobre, que, mediante poucos salários, não quer se deslocar para longe dos locais que lhes oferece emprego (Véras, 1987). O nomadismo que caracteriza a vida dos moradores de cortiço dificulta a formação dos laços. Frequentemente os moradores remetem ao passado e às cidades de origem para localizarem experiências satisfatórias de amizade e de solidariedade. Naqueles contextos, as relações de vizinhança adquirem, nas falas dos entrevistados, uma característica de relações comunitárias. Hoje, ao contrário do que faziam no passado, já não podem deixar as portas abertas sem o receio de ter o cômodo arrombado, inclusive, pelos próprios moradores. Os vizinhos não são mais "confiáveis". Como resultado disso, muitas vezes, estabelece-se o isolamento entre os moradores.

Embora os relatos possam ser reveladores das experiências passadas, é provável que tais visões sejam tanto expressões de insatisfação com o presente quanto nostalgia de um passado melhor. É difícil reconstruir o grau e a intensidade do conflito social entre a vizinhança no passado. Mas a linguagem simbólica ainda hoje atribui maledicências e infortúnios à inveja dos vizinhos. Acredita-se, no entanto, que a vida urbana trouxe mais elementos que impuseram maiores limites às interações

sociais e à formação de amizades: a falta de tempo ocasionada pelo trabalho e pela luta diária da sobrevivência, a competitividade e a concorrência no trabalho, o receio do cerceamento à liberdade e à privacidade, entre outras, conforme mostram os depoimentos:

Eu não tenho muito amigo! Porque eu sou assim: saio cinco horas da manhã e chego às onze horas da noite. (...) Cada um só pensa em si. Mas também, o pessoal aqui é tudo pobrezinho', né Só prá lutar pela vida... Quando chegam, chegam tudo cansado!... Não vai estar em porta de ninguém! Vai cuidar do serviço de casa, né? (Sra. Severina, 46 anos, Mooca).

O fato de morarem no mesmo espaço físico e partilharem da mesma situação de pobreza não os agrega no mesmo grupo, ou os faz estabelecer entre si relações de confiança e de amizade. A confiança se estabelece a partir do grau de intimidade com o "outro", na transposição do limite entre o "ser vizinho" e o "ser amigo". De outro lado, nas relações de vizinhança em que se estabelecem os vínculos de amizades, estes laços tornam-se mediadores importantes das relações de troca, como mostra o depoimento de Cristina, moradora do cortiço na Mooca: "Aqui eu tenho a Ilma. Quando eu tenho ela tem. Quando ela tem, eu tenho. Nós duas somos igual mãe e filha mesmo! Então, quando ela tá em falta, eu tenho. Quando eu tô em falta e ela tem, aí eu tenho (Cristina, 27 anos, Mooca).

Nas falas de alguns dos entrevistados, os pequenos centros, sobretudo as suas cidades de origem, são evidenciados como o espaço privilegiado das relações de solidariedade. Naqueles contextos, as trocas estabelecer-se-iam no princípio da reciprocidade e com base nos laços de parentesco e comunitários, baseados na confiança e nas formas de camaradagem e em valores como a sinceridade e a honra. Esses fatores colocam-se, pois, como um dos principais mediadores do fornecimento dos recursos necessários aos indivíduos e às famílias (Giddens, 1996). Estes referenciais, ainda importantes, colocam-se em crise dentro do contexto das grandes cidades, impondo limites às ajudas mútuas entre os vizinhos.

De outro lado, a situação de pobreza e de miséria (para muitos) evidencia-se como um dos principais limites às situações de ajuda entre os vizinhos, conforme ressaltaram os entrevistados nas suas falas. As

análises de Assmann e Sung (2000:234) tornam-se pertinentes a esses resultados: "Não existe imprinting filogenético que garanta a proteção dos 'semelhantes': como salvaguarda da solidariedade instintiva ou por ventura genética generalizável em situações de miséria extrema e luta cega pela sobrevivência".

As condições materiais das famílias intensificam o isolamento dos indivíduos, ao restringir a ajuda mútua, sobretudo em relação às ajudas que envolvem despesas das famílias. Na fala dos entrevistados, eles não identificam as próprias dificuldades materiais como limitantes das situações de ajudas, mas sim é o outro que, "egoísta, não sabe repartir". Remetem a si próprios a culpa por não se auto-ajudarem, omitindo de suas explicações que, para serem pertinentes, teriam de se situar também em outro nível, ou seja, o histórico e o estrutural.

Na análise dos dados evidenciou-se que a maioria das trocas relacionadas pelas famílias define ajudas que não envolvem despesas. As dificuldades econômicas das famílias restringem, em grande medida, as ajudas em outros aspectos. Diante das dificuldades materiais não só de oferecer, mas de retribuir ajudas, tornou-se uma fonte de tensões o próprio princípio de reciprocidade que molda, em grande medida, as relações sociais entre iguais, segundo o qual tampouco se deveriam pedir favores a menos que pudessem ser retribuídos (resultados que vão de encontro aos de Stolcke, 1986).

Nas trocas mencionadas com a vizinhança, um grande percentual das famílias não mencionou quaisquer ajudas prestadas ou recebidas no seu cotidiano com os vizinhos. Não obstante sua significação, na interpretação desse resultado, deve haver certo cuidado, já que ele pode não estar refletindo com exatidão a realidade das trocas nas famílias. As pessoas têm uma tendência a considerar como pouco significativas as pequenas ajudas envolvidas no seu cotidiano, o que as leva a não mencioná-las durante as entrevistas, conforme ponderou Attias-Donfut (1995). Essa tendência pôde ser comprovada a partir de certa relutância dos entrevistados em admitir situações de ajudas entre os vizinhos na sua prática cotidiana, e, mesmo nos casos em que as admitiam, elas eram, freqüentemente, subestimadas, como se não tivessem grande importância.

É grande o receio de ser mal falado no grupo ao ser identificado como alguém que está em piores condições que os demais. Conforme coloca Maria Lúcia, moradora do cortiço na Vila Alpina: "Pedir ajuda aos vizinhos, só em último caso!". Reluta-se em pedir ajudas também como

uma estratégia de quem tenta preservar sua auto-estima: para evitar a vergonha de se ter um pedido de ajuda negado.

Na fala dos entrevistados evidencia-se a tensão permanente entre a solidariedade como ideal e a dificuldade não só de oferecer, mas de retribuir ajudas. De outro lado, em alguns depoimentos evidencia-se, freqüentemente, o 'discurso da generosidade' (pretensamente dirigido à pesquisadora), enquanto ideal das práticas dos sujeitos.

De acordo com o princípio da reciprocidade, utilizar-se dos favores dos vizinhos e não prestar a mesma ajuda de volta tem sentido negativo - situações mal vistas entre quem disponibiliza as ajudas. Por outro lado, mostrar-se indisposto ou incapaz de fazer um favor quando solicitado é motivo de mal-estar, de "vergonha". Observou-se, no entanto, que, se pedir ajuda a alguém que esteja nas mesmas condições econômicas é vergonhoso, pedir ajuda a quem está num nível superior na escala social não tem a mesma conotação. Nesse caso, é a própria desigualdade de condições sociais que "legitima" a situação de demandante. De outro lado, essas ajudas não o exporiam aos falatórios entre a vizinhança. Nestes casos, embora as ajudas ainda criem obrigação, a retribuição sempre pode ser relegada a Deus, já que é improvável que a pessoa possa retribuí-las. "Com uma pessoa pobre, a pessoa não tem nada e fica julgando a pessoa! Ajuda, mas ainda sai falando! O rico não: tem condições de ajudar, não vai falar nada!

Finalizando, pode-se dizer que, em relação às trocas existentes interfamiliares, elas se restringiram às pequenas ações, como empréstimos de gêneros alimentícios, préstimo de pequenos favores, ou seja, ações que não envolvem gastos para as famílias. Mas, mesmo nesses casos, foi possível identificar, a partir das entrevistas, que essas ajudas se colocam a serviço da reciprocidade às coisas que circulam ou, a favor dos vínculos, ou mesmo, no imbricamento desses dois fatores.

### 5. Referencial Bibliográfico:

ARIENTE, M. *Mulheres em movimento. A participação feminina na luta dos encortçados pela cidadania em São Paulo*. Tese de doutoramento. PUC/SP, 1998.

ASSMANN, H. SUNG, J. Mo. *Competência e sensibilidade solidária: Educar para esperança*. Petrópolis-RJ, Vozes, 2000.

ATTIAS-DONFUT, C (dir). *Les solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*. Nathan, 1995.

AUGÉ, M. *Os não-lugares: introdução a uma antropologia da*

- supermodernidade. Campinas. Ed. Papyrus. 1991.
- AUTÈS, M. Gênese de uma nova questão social: a exclusão. In: *Lieb social et politiques* - RIAC no 34) tradução: Maria Ruth Alves, mimeo, 1995.
- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 15. ed. Trad.: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis. Vozes, 1998.
- CANEVACCI, M. *Dialética do indivíduo*. O indivíduo na natureza, história e cultura. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo. Brasiliense. 1981.
- EUFRÁSIO, M.A. *Estrutura urbana e ecologia humana*. A escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Ed. 34, 1999. 304p.
- GIDDENS, A. *A transformação da Intimidade*. São Paulo: Unesp. 1996.
- \_\_\_\_\_. *As conseqüências da modernidade*. Trad.: Raul Fiker. São Paulo: Unesp. 1991.
- GOFFMAN, E. *O estigma*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988
- MARTINS, J.S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Editora Paulus, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*. In: Novaes, F.A. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras. 1998. Vol. 4.
- PINTO, Neide Maria de Almeida. "Entre a proximidade e o distanciamento - um estudo das relações sociais de famílias residentes em cortiços na cidade de São Paulo". São Paulo/SP, 2002. 178p.
- POE, E.A. O homem da multidão. In: *Os Melhores contos de Edgar Allan Poe*. São Paulo: Círculo do Livro. 1984.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 3 ed. Nobel, São Paulo. 1996.
- STOLCKE, V. *Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Trad.: BOTTMANN, D.; MARTINS FILHO, J.R. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VÉRAS, M. P. B. *Territórios de exclusão em São Paulo: Cortiços como espaços da alteridade e da segregação*. Tese apresentada ao concurso de titular. Departamento de Sociologia, São Paulo: PUCSP, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Novos olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial*. *Revista Margem*, Faculdade de Ciências Sociais da PUCSP/FAPESP, n.6, dezembro de 1997.